

SUMÁRIO: 1 Resumo; 2 Introdução; 3 Experiência e expectativa; 4 Memória coletiva; 4.1 A lembrança individual como limite das interferências coletivas; 5 Conclusão; Referências Bibliográficas

### 1 Resumo

Os autores analisados representam um esforço de sistematizar conceitos que afetam a organização da vida de todos, na medida em que transitam por questões como memória, fatos vividos e projetos futuros que procurem dar sentido às existências humanas como o único animal que vai atrás de sentido para sua vida.

Palavras-chave: memória coletiva; espaço de experiências; horizonte de expectativas.

### 2 Introdução

À parte a grandeza do tempo geológico, o ser humano é assombrado pelas incertezas do seu futuro. A todo momento está à procura de se orientar para melhor programar suas ações, pautando-se no que encontra à sua mão, relíquias do passado úteis mas não as únicas determinantes para os contornos presentes e futuros de seus desígnios. Nessa seara, conhecer caminhos, teorias e erros já vividos se mostra necessário para superar desafios vindouros, pois a realidade é dinâmica e não perdoa deslizos agudos por muito tempo, ou, conforme a canção *O teatro dos vampiros*, da banda Legião Urbana, “(...) a primeira vez é sempre a última chance”.

### 3 Experiência e expectativa

A compreensão das categorias históricas “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” implica em um mergulho no passado, norteado pelas perguntas do historiador e seus desejos, esperanças e inquietudes. Encontra vestígios que são fontes testemunhais da história. E pela história dos conceitos, apesar de sua riqueza empírica, chega-se a uma propedêutica de uma teoria científica da história (KOSELLECK, 2006, p. 305-6). Segundo o autor, experiência e expectativa não se tratam de realidade histórica. São categorias formais que não permitem deduzir o experimentado ou esperado. Voltam-

---

<sup>1</sup> Advogado e professor de História.

se para as condições das histórias possíveis, permitem questionar e expor fronteiras, constituições ou experiências. São genéricas, necessariamente concomitantes e equivalem às categorias espaço e tempo. Indicam a condição humana universal: remetem a um dado antropológico que é pré-requisito à história. A história dos homens demanda abarcar grandes sequências ligando o antigo e o futuro, unindo esperança e recordação. A expectativa vai além da esperança, e a experiência extrapola a recordação. São categorias do tempo histórico, entrelaçando passado e futuro, dirigindo as ações concretas no movimento sociopolítico, envolvem-se na execução concreta da história e fornecem determinações formais para o conhecimento histórico decifrar essa execução. Pela dimensão metahistórica, investiga-se como essas categorias, como dado antropológico, são condição para a história; e pelo lado histórico, busca-se demonstrar que o tempo histórico é uma palavra sem conteúdo e grandeza que se modifica com a história (KOSELLECK, 2006, p. 306-9).

Em uma categorização meta-histórica, a experiência é o passado atual: acontecimentos são incorporados e lembrados. Incluem elaboração racional e formas inconscientes de comportamento. Para os indivíduos chega tarde; para os governos e povos, não se dispõe. Se já feita, está completa pelas causas passadas e concentra-se num ponto; quando a ser feita, protela-se no tempo. Assim, o semelhante nunca o parece. Já a expectativa, também ligada à pessoa, ao interpessoal e à realização no hoje, é o futuro presente, voltado para o ainda-não; apenas pode ser prevista. Inclui esperança e medo, desejo e vontade, inquietude, análise racional, visão receptiva e curiosidade. Passado e futuro não se coincidem, e a expectativa não pode ser concluída só da experiência.

A experiência futura, antecipada como expectativa, possui infinitos momentos, e o tempo demanda metáforas espaciais para sua expressão (KOSELLECK, 2006, p. 309-110). A presença do passado é diferente da do futuro. A experiência do passado é espacial: forma um todo com estratos de tempo anteriores simultaneamente presentes, e não pode ser cronologicamente mensurável, embora datável conforme sua origem. Compõe-se pelo recordável da vida. Salta por cima dos tempos: não há continuidade como elaboração aditiva do passado. Já o horizonte de expectativa é a linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência ainda não contemplável, uma possibilidade de se descobrir o futuro não experimentável. Para o futuro se espera algo diferente do já experimentado. As expectativas podem ser revistas e refletir-se na consciência sendo objeto de experiência, salvo as situações e encadeamentos de ações visadas. Já as experiências são recolhidas e permitem esperar que se repitam e sejam confirmadas, são

elaborações de acontecimentos passados e a faculdade de sua presentificação; são saturadas de realidade e incluem no comportamento realizações e falhas. Pela heterogenia dos fins pode-se compreender melhor a diferença entre experiência e expectativa: sabe-se que a sequência temporal histórica se baseia em que as coisas acontecem diferentemente, inclusive quanto ao que se pensa. Não se pode deduzir expectativas apenas da experiência, embora se deva basear aquelas nesta (buscar informação). A diferença entre estas categorias é uma característica estrutural da história. Subjetivamente, os acontecimentos podem discrepar-se do esperado. Objetivamente, o futuro histórico não é resultado só do passado histórico, podendo ser diferente da experiência adquirida por conter recordações errôneas ou novas experiências abrirem perspectivas diferentes (KOSELLECK, 2006, p. 311-2).

As experiências adquiridas podem modificar-se: superpõem-se, impregnam-se umas das outras, novas experiências ou decepções retroagem e novas expectativas abrem brechas e repercutem nelas. Já a estrutura temporal da expectativa necessita da experiência, e só há surpresa se houver o inesperado – nova experiência ou ganho de experiência. O futuro possível se abre: a experiência anterior deixa de ser pressuposto, e ocorre superação temporal das expectativas. Pela tensão entre experiência e expectativa novas soluções criam o tempo histórico. Assim, e.g., a verossimilhança de um prognóstico não necessariamente se baseia naquilo que se espera, mas a de um futuro previsto decorre dos dados anteriores do passado. O antecedente está no diagnóstico, contendo os dados da experiência que, quando abertos para o futuro, estendem o horizonte de expectativas, liberam e orientam os prognósticos. Mas estes são determinados pela necessidade de se esperar: a previsão libera expectativas a que se misturam temor e esperança. No prognóstico estão em jogo possibilidades além da capacidade de execução da realidade futura. As expectativas no prognóstico demandam experiência, mas envolvem também a modificação da situação de onde ele surge, e a experiência não determina a expectativa. A relação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa é dinâmica: forma-se uma diferença temporal atual, pois passado e futuro são entrelaçados desigualmente, e cria-se uma conexão de estrutura prognóstica. (KOSELLECK, 2006, p. 312-4).

Por outro lado, analisa-se a mudança histórica. Na era moderna, a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, e as expectativas vão se distanciando das experiências. As experiências passadas contêm resultados objetivos e influenciam as expectativas passadas. Estas podem ter possuído só realidade psíquica,

mas também tem força motriz tal qual experiências elaboradas). Quando o mundo camponês vivia em consonância com os ciclos da natureza, salvo algumas oscilações, a vida cotidiana era marcada pelo que a natureza dava: as inovações técnicas eram lentas, as pessoas se adaptavam sem que experiências anteriores se alterassem e artesãos seguiam regras corporativas estagnantes (a ponto de as restrições suscitarem a expectativa da liberdade econômica). As experiências dos antepassados se tornavam a dos descendentes. As mudanças eram lentas: as rupturas entre experiência adquirida e expectativa a ser descoberta não rompiam o mundo da vida. Já na política e no espírito havia diferença visível entre experiência e expectativa, com a crescente mobilização dos meios de poder (Cruzadas e colonização ultramarina), a revolução copernicana e as invenções técnicas. Grandes erros do passado criavam mais esperança no futuro. Assim, a insegurança nas expectativas demandavam novas (KOSELLECK, 2006, p. 314-5).

Com o Renascimento e a Reforma, mais camadas sociais se tensionavam. A doutrina cristã dos últimos fins delimitava o horizonte de expectativa: o futuro se atrelava ao passado. A revelação bíblica unia experiência e expectativa, esta voltada para além da experiência vivida (outro mundo) e apocalipticamente concentrada no fim do mundo. A profecia não realizada podia ser reiterada (seu erro provando que a profecia ocorreria com mais probabilidade, e a estrutura repetitiva da expectativa imunizando as experiências contrárias). Não precisavam ser corroboradas, pois se estendiam para além deste mundo; além disso, entre as expectativas frustradas passavam-se gerações, e a retomada profética se incrustava no ciclo das gerações. Longas experiências terrenas não colidiam com as expectativas escatológicas. Assim, as escatologias não se extinguíam devido à estabilidade do espaço experiencial. No entanto, com o surgimento do conceito de progresso surge um novo horizonte de expectativa. Substitui-se o “*profectus*” espiritual pelo “*progressus*” humano: a perfeição passa a ser buscada na melhoria da existência terrena; apesar do risco de um futuro aberto, temporaliza-se o objetivo da perfeição infinita (KOSELLECK, 2006, p. 315-6).

Na França, Rousseau subordinou o aperfeiçoamento à noção histórica fundamental de uma perfectibilidade do homem. A história vira um progressivo melhorar-se planejado e executado pelos homens. Os fins passam a ser estabelecidos de geração em geração, e os planos ou prognósticos procuram legitimar a política. As expectativas agregam um coeficiente de mudança que se desenvolve com o tempo, permitindo àquelas serem utopicamente ultrapassadas. Kant cria o conceito de progresso no final do oitocentos, com a agregação de experiências dos 300 anos anteriores: revolução

copernicana, desenvolvimento da técnica, descobrimento do globo e seus diversos povos e dissolução feudal. Contrapõem-se o contemporâneo e o anterior diante da desigualdade dos progressos humanos, especialmente a divergência intelectual e moral. Experiências e expectativas são afetadas por um coeficiente de variação temporal: ou se tinha consciência da própria superioridade, ou se procurava alcançar ou ultrapassar outro grupo, país ou classe social. E quem tinha melhores técnicas julgava-se no direito de dirigir outrem. As classes progressistas não mais eram estáticas. O progresso, por outro lado, se voltava para uma transformação ativa deste mundo, e as expectativas se desvincularam das antigas experiências. As novas experiências (colonização ultramarina, ciência e técnica) não eram suficientes para novas expectativas. O futuro é concebido como melhor que o passado, e Kant se opôs à tese de que nada se podia prever de historicamente novo (KOSELLECK, 2006, p. 316-8).

Já Kant considerava que uma predição que esperasse o mesmo não seria prognóstico, contrariando a expectativa do futuro ser melhor simplesmente porque deve ser. Por outro lado, o prognóstico pragmático de um futuro possível se transforma em expectativa de longo prazo para um futuro novo, não se esquecendo de que pela experiência não se pode solucionar desde já a tarefa do progresso, embora a reiteração daquela possa garantir a continuidade deste. A história passa a ser vista como totalidade aberta para um futuro com progresso, e o futuro é único e diferente do passado por causa do progresso. Com a Revolução Francesa ocorre uma grande ruptura da continuidade e um desafio à sabedoria histórica, que deixa de ser exemplo naquele momento, demandando consideração e explicação novas a cada geração. Surge a elaboração crítica do passado, própria da escola histórica. A assimetria entre experiência e expectativa pôde ser aplicada à marcha inexorável do progresso, como primeira tentativa para compreender a modernidade como algo novo e primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu a diferença temporal entre experiência e expectativa, com o fito de superar experiências que não podiam ser derivadas das anteriores, formulando expectativas antes inconcebíveis (KOSELLECK, 2006, p. 318-20). Ainda na primeira modernidade aparece um potencial utópico que conduz à Revolução Francesa, ao lado da história comprimindo a sucessão dos acontecimentos. Várias gerações passam a conviver, por ocasião da Revolução, com acontecimentos incompatíveis fora de sequência, formando simultaneidades em estratos múltiplos. O progresso torna possível o velho e o novo em choque nas experiências cotidianas. Gerações comungando do mesmo espaço de experiência, embora sob diversas perspectivas politicossociais, ao lado do imprevisível

progresso técnico-industrial. O futuro trazia a certeza de um mundo novo nessa diferença (se acelerada) temporal progressiva entre experiência e expectativa. O progresso científico-técnico e sociopolítico é genuinamente histórico: os ritmos e prazos do mundo-da-vida são acelerados diferentemente do tempo natural, com as máquinas e a divisão do trabalho economizando tempo. Eventual retrocesso é só local e temporário. Mas também nas searas moral e política o progresso se acelera, embora com certo retardamento: conforme o horizonte de expectativa do Iluminismo tardio, o futuro melhora a sociedade; os ânimos das novas gerações causam surpresa; aumentam-se o fosso entre passado e futuro; a diferença entre experiência e expectativa é superada rapidamente para continuar viva e atuante; pela esperança escapar à experiência Kant taxa a superveniência futura de uma organização mundial da paz devida às acelerações do progresso, e surge uma nova organização sociopolítica na Revolução Francesa. O conceito histórico da aceleração é uma categoria cognitiva útil para se revisar o progresso como conceito apenas otimizador (KOSELLECK, 2006, p. 320-2).

Assim, a modernidade se baseia no distanciamento entre expectativas e experiências, o que pôde ser expressado na “história em si” e cuja qualidade específica de tempo moderno está no conceito de progresso. No entanto, há outros campos semânticos (exemplos da topologia constitucional) que, embora não diretamente relacionados ao tempo histórico, permitem o uso das categorias “expectativa” e “experiência” para classificar conceitos sociopolíticos, como uma chave para mostrar o tempo histórico em mutação. Um deles se refere às formas federativas. As unificações no final do medievo entre os estamentos levaram à “federação”. De frágeis fórmulas de unificação alcança-se êxito limitado mas repetível. Pactos verbais individuais foram retroativamente conceitualizados como “federação”. Um tratado isolado era somente um conceito de realização incompleta, mas “federação” podia ser institucionalizada. A “federação das cidades” destacava como atores os membros individuais, ao passo que as “cidades da federação” tinham como unidade de ação a “federação”. As alianças ou pactos se tornam um singular coletivo, e esse expediente-conceito, que registra e classifica experiências, também aparece em numerosas expressões jusconstitucionais. Já diferente é a tensão temporal no final do antigo Reich entre federação de estados, estado federal e república federal, conceitos criados por volta de 1800 como neologismos e baseados em experiência com foco no uso futuro, desde que o estado não fosse absoluto ou revolucionário (KOSELLECK, 2006, p. 322-4).

No Reich transpareciam estruturas de longa duração (possibilidades futuras já objeto da experiência) que, por serem imprecisas e ocultas, permitiam prognósticos que criavam novo horizonte de expectativa e experiências. Já a expressão “federação dos povos”, criada por Kant, está saturada de futuro (pura expectativa, pois desatrelada de experiências) e ligada a fins morais e políticos terrenos, busca antecipar a república organizada em sequências temporais cada vez mais breves, e volta-se ao globo por exigência da razão prática. O indicador de temporalidade envolvendo experiência e expectativa permite ver nos conceitos constitucionais o nascimento da Modernidade. Nesses conceitos está uma separação consciente, a ser superada, entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. Senão, vejamos. Em cerca de 1800, as formas aristotélicas de governo (monarquia, aristocracia e democracia) são submetidas às alternativas despotismo ou república, ambas contendo um indicador temporal. Para se chegar à república do futuro dever-se-ia distanciar-se do despotismo pretérito. E a coisa pública passa a ser uma forma de governo com exclusividade relacionada com o futuro, como se pode constatar durante a Revolução Francesa. (KOSELLECK, 2006, p. 324-5).

Essa mudança de perspectiva em prol da expectativa também está presente em Kant, para quem a república tem finalidade dedutível da razão prática, e o republicanismo é o princípio do movimento histórico e mandamento da política, devendo-se substituir a dominação do homem sobre o homem pela das leis. Assim, republicanismo foi um conceito de movimento político análogo ao de progresso na história. O antigo conceito de república expressava uma situação; o novo, objetivo. O sufixo –ismo se temporalizava em conceito de movimento, antecipando teoricamente o movimento histórico e influenciando-o praticamente. Essa estrutura temporal volta a aparecer em outros conceitos posteriores com perspectivas futuras a alcançar ou superar: democratismo, liberalismo, socialismo, comunismo e fascismo sem conteúdo de experiência. Quando realizados nas Constituições surgiram experiências antigas aristotélicas embora com diferentes finalidade e função e voltadas para futuro novo, isto é, novas situações constitucionais. Essas expressões de uma sociedade em transformação técnica e industrial ordenavam as novas massas, incluíam interesses sociais e diagnósticos científicos e políticos (e.g., slogans para formar partidos) e acompanhavam a tensão progressivamente aberta entre experiência e expectativa (KOSELLECK, 2006, p. 325-6).

#### 4. Memória coletiva

HALBWACHS estudou direito, economia política e matemática. Uma de suas marcas é que vê o fato social como mensurável e não exterior ao cientista nem às pessoas

que o vivem. Sua pesquisa é unificada pelo problema da consciência social em si, analisando-a enquanto não se descobre na sociedade e por ela. Assim, a sociologia deve descrever a sociedade concreta – condições da consciência de cada indivíduo (linguagem, ordem, instituições, presenças e tradições).

O homem se caracteriza pelo seu grau de integração no tecido das relações sociais. Sua ideia norteadora é a continuidade social (encadeamento temporal próprio da consciência comum que condiciona e suscita a ordem e o progresso).

A recordação, por isso, não é individual nem de certa entidade social, mas da sociedade, pela presença ou evocação dos outros e/ou de suas obras (HALBWACHS, 2003, p. 23).

Estudando os contextos sociais da memória, o autor, pouco antes de sua deportação e morte num campo de concentração nazista, analisa sociologicamente a vida cotidiana nesta obra póstuma.

De trama relativamente livre, a obra tem intenções literárias, no bom sentido, embora unindo interpretação abrangente e análise causal, o apanhado dos conjuntos e significados, e uma definição subentendida do tempo (princípio da coordenação entre elementos não ontológicos, pois questiona regiões irreduzíveis da experiência), a reboque de uma revolução einsteiniana.

Evoca o depoimento da testemunha, atrelado ao seu grupo, ou melhor, ao evento real vivido outrora em comum, e ao contexto atual de trânsito do grupo e do indivíduo que o atesta. Assim, trata-se de uma sociologia do cotidiano, sobre situações concretas nas quais está implícito o homem na vida coletiva.

A dimensão cronológica do eu está entre os aspectos vivos e materiais da lembrança e a mera reconstrução do passado, embora tente se livrar da comunidade afetiva e efervescente que o inspira.

A memória individual está “(...) enraizada em vários contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante.” (HALBWACHS, 2003, p. 12). Assim, a memória histórica, que pressupõe reconstrução dos dados do presente da vida social e se projeta sobre o passado reinventado, se distingue da memória coletiva, que recompõe magicamente o passado. Destarte, o pensamento puramente individual é uma quimera!

#### 4.1 A lembrança individual como limite das interferências coletivas

Analisando o quanto o coletivo afeta o individual, Halbwachs conclui que para voltarmos a pensar, é necessário tecer uma sequência de percepções que refaça um

caminho, não bastando reagrupar imagens pela memória e reflexão. As percepções devem ser ordenadas por sua ordem espacial, limitando-se a reproduzir os objetos exteriores, o que permite a disposição física e sensível para reaparecer a lembrança (HALBWACHS, 2003, p. 53-4).

É pela intensidade do pensamento que o homem recorda dos detalhes; ao se postar diante dos objetos, os reconhece por imagens, ligando-a a outras que formam conjunto e quadro e permite o reencontro das ligações com sentimentos, pensamentos etc. (BERGSON *apud* HALBWACHS, 2003, p. 55).

Quanto aos acontecimentos distantes no tempo, pode ocorrer reconhecimento por imagem, mais precisamente a sensação de *déjà vu*. Duas imagens se recobrem: a ocular e a do quadro de outrora.

Halbwachs também analisa o rosto, concluindo que não é somente uma imagem visual: as expressões e detalhes da fisionomia podem ser interpretados distintamente conforme pessoas e direção do nosso pensamento.

Assim, para reencontrar a imagem, deve-se aproximar, reunir, fundir lembranças parciais, incompletas e esquemáticas. Rever o rosto pessoalmente leva à convergência das lembranças. Mas nesse processo é raro repararmos nos ambientes sociais de onde provém as influências grupais.

Assim, as causas da recordação de lembranças no máximo dependem parcialmente de nós, embora as imagens e pensamentos das consciências individuais tenham ordens peculiares, o que caracteriza histórias próprias. E enquanto sofremos docilmente a influência de um meio social, não a sentimos, mas somente quando o ambiente é cotejado com outro (HALBWACHS, 2003, p. 57-8).

Já quando analisa a intuição sensível, a explica pela associação entre objetos fora de nós. Se pertence ao passado, inexistem influências exteriores que a determinavam. Se guarda certa realidade virtual, permanecemos sob a influência combinada dos ambientes, pois sujeitos às mesmas condições sociais complexas de outrora.

A depender da vontade, recordamos as lembranças, que estão fora de nós, as quais podem reaparecer inesperadamente devido a forças sempre mantidas em contato.

Assim, recria-se a intuição sensível, que está sempre no presente e cujo reaparecimento é explicado por não encontrarmos fora sua causa.

É ilusório pensar que imagem/lembrança evoque/atraia outra, pois as percepções seguem a ordem dos fatos e fenômenos materiais e as representações são meros reflexos

das coisas. Na série de estados da memória encontram-se partes conforme divisões da realidade, idênticas às percepções vigentes ou coletivas. (HALBWACHS, 2003, p. 59).

Essas divisões ou ligações seguem a lógica espacial ou temporal, sustentáculo da memória das percepções, em cujas lembranças há coerência.

A representação das coisas evocada pela memória individual é uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva delas: uma lógica da percepção se impõe ao grupo, e esta é função de treinamento e disciplina social.

Os estados ou imagens contíguos se ligam causalmente pelo pensamento coletivo, e a unidade sentida no eu se deve à consciência de pertencer a diversos ambientes e só pode ser atual.

Na verdade, é o grupo que inspira ideias, reflexões, sentimentos e emoções. Dele somos só eco. Na verdade, como ensina a oratória, passa-se a ilusão de que as convicções e sensações surgem nos ouvintes, e cada coletividade se empenha nisso, sendo necessário espírito crítico para separar o pensamento próprio da participação outros. Quando cedemos sem resistência à sugestão externa, acreditamos pensar e sentir livremente. Por outro lado, o passado, quando pode ser evocado, é também acessível ou familiar a outros, em cujas memórias podemos nos apoiar. Já a parte do passado que não conseguimos recordar à vontade dizem respeito só a nós.

Assim, a memória coletiva repousa sua força e duração nos grupos. Os indivíduos se lembram enquanto integrantes do grupo. **Cada memória é um ponto de vista sobre a memória coletiva, muda segundo o lugar ocupado e as relações com outros ambientes.** Por isso, nem todos tiram o mesmo proveito do instrumento comum ensejado pelas influências sociais (HALBWACHS, 2003, p. 61-9).

Halbwachs também investiga os estados com ares de unidade irreduzível e as lembranças pessoais, concluindo que se devem a fusões de elementos diversos e isolados. Vê o espírito como formado por elementos relacionados a ambientes diversos. **A liberdade é “determinada” por séries causais que se combinam para o ato humano,** que resulta do conjunto dessas influências presentes nesses nexos causais. Dessa forma, a lembrança reaparece devido aos pensamentos coletivos emaranhados. Se não se pode atribuí-la a um deles em separado, imagina-se que é independente e ouvida-se a multiplicidade (HALBWACHS, 2003, p. 69-70). No entanto, não se quer definir, aqui, causalidade como sequência inexorável de elementos que inadmitem interferências históricas de sujeitos, mas evitar a concepção de irresponsabilidade pelos atos passados

quando se considera diluídas no tempo e espaço “causas” por demais “remotas” para explicar eventos mais recentes.

## 5. Conclusão

Assim, experiências, expectativas e memórias se interrelacionam, não podendo haver a separação estanque entre elas. Entender as várias interseções possíveis ou necessárias entre elas, reconhecendo as influências recíprocas, as nuances várias e as diversas continuidades existentes no processo, sem ouvidar das rupturas que não raro ocorrem, é requisito para uma melhor captação da linha temporal que tanto aflige e atrai a humanidade em busca de sua elucidação ou projeção.

### Referências bibliográficas

- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, p. 7-70.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Traduzido por Wilma Patrícia Mass, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006, p. 305-27.